7. LEGISLAÇÕES EDUCACIONAIS QUE AMPARAM A REDE MUNICIPAL DE ENSINO

LEI	DO QUE TRATA	ÂMBITO
Decreto - Lei nº 1.044/69	Dispõe sobre o tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções que indica.	Federal
Lei nº 6.202/75	Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto Lei nº 1.044/69 e dá outras providências.	Federal
Lei nº 6.503/77	Dispõe sobre a Educação Física, em todos os graus e ramos do ensino.	Federal
Constituição da República Federativa do Brasil CAP. III Seção I	Da Educação - Art. 205 a 214.	Federal
Lei nº 7.692/88	Dá nova redação ao disposto na Lei nº 6.503 de 13/12/77, que "dispõe sobre a Educação Física em todos os graus e ramos do ensino".	Federal
Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990	Estatuto da Criança e do Adolescente.	Federal
Lei n° 9.394/96 - LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Do ponto de vista pedagógico, financeiro e administrativo.	Federal
Resolução CNE/CEB nº 2/98	Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.	Federal
Resolução CNE/CEB nº 1/2000	Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.	Federal
Resolução CNE/CEB nº 2/01	Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.	Federal
Lei nº 10.639/03	Altera a Lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" e dá outras providências.	Federal
Lei nº 10.793/03	Altera a redação do Art. 26, § 3º, e do Art.92 da Lei nº 9.394/96, que "estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional", e dá outras providências	Federal
Lei nº 11.114/05	Altera os Arts. 6º, 30, 32 e 87 da LDB 9.394/96, com o objetivo de tornar obrigatório o início do Ensino Fundamental aos seis anos de idade	Federal
Resolução CNE/CEB nº 3/05	Define normas para a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos de duração	Federal
Resolução CNE/CEB nº 1/06	Altera a alínea "b" do inciso IV do Art. 3º da Resolução CNE/CEB nº 2/98, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental	Federal

LEI N° 11.700, 13 junho de 2008	Acrescenta inciso X ao caput do art 4° da Lei n° 9394, 20 de dezembro de 1996, para assegurar vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir dos 4(quatro) anos de idade	Federal
DECRETO FEDERAL n° 6571/2008	Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do Art 60 de Lei n° 9394/96 e crescenta dispositivo ao decreto n° 6253/2007	Federal
Lei Complementar nº 26/98	Lei de Diretrizes e Bases do Sistema Educativo do Estado de Goiás	Estadual
Resolução CEE/CP n° 01 de 06 de fevereiro de 2009.	Dispõe sobre a data oportuna para a matrícula dos aluno0s no primeiro ano de ensino fundamental e dá outras providências.	Estadual
Resolução CEE - GO nº 258/05	Regulamenta a ampliação do Ensino Fundamental do Sistema Educativo de Goiás para 9 (nove) anos e dá outras providências	Estadual
Lei Orgânica do Município de Anápolis-GO Título IV Cap. VII Seção I	Da Educação (Arts. 237 a 263)	Municipal
Lei nº 2.822/01	Dispõe sobre a criação do Sistema Municipal de Ensino de Anápolis e estabelece as normas gerais para o seu funcionamento.	Municipal
Lei Complementar nº 002, de 28 de dezembro de 2001	Cria a Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia e determina outras providências.	Municipal
Resolução CME nº 001 de 21 de janeiro de 2002	Estabelece critérios para elaboração do Calendário Escolar.	Municipal
Resolução CME nº 004, 14 de fevereiro de 2002	Estabelece diretrizes para o exercício da Docência na Educação Infantil, Ensino Fundamental, Atividades de suporte pedagógico e para a concessão de licença suplementar a título precário, nas instituições que compõem o Sistema Municipal de Ensino em Anápolis ou a ele jurisdicionado.	Municipal
Resolução CME nº 004, 21 de maio de 2003	Dispõe sobre novos Regimentos Escolares e dá outras providências.	Municipal
Resolução CME nº 001 de 17 de novembro de 2004	Amplia a duração do Ensino Fundamental de 8 (oito) para 9 (nove) anos, define formas de organização e dá outras providências.	Municipal
Resolução CME nº 053 de 18 de outubro de 2006	Institui as Diretrizes a serem observadas na criação e organização dos Conselhos Escolares pelas Unidades da Rede Municipal de Ensino.	Municipal
Resolução CME nº 016 de 14 de março de 2007	Fixa normas para o Ensino Fundamental do Sistema Municipal de Ensino e dá outras providências.	Municipal

Resolução CME nº 015 de 06 de junho de 2007	Fixa normas para a Educação Infantil no Sistema Municipal de Ensino e dá outras providências.	Municipal
Resolução CME nº 020 de 26 de junho de 2007	Fixa normas para Educação de Jovens e Adultos no Sistema Municipal de Ensino e dá outras providências.	Municipal
Resolução CME nº 039 de 05 de setembro de 2007	Altera a Resolução CME nº 053/2006, que institui as diretrizes a serem observadas na criação e organização dos Conselhos Escolares pelas Unidades da Rede Municipal de Ensino.	Municipal
Resolução CME nº 045 de 05 de setembro de 2007	Altera a Resolução CME nº 004/2003, que dispõe sobre novos Regimentos Escolares e dá outras providências.	Municipal
Resolução CME nº 044 de 12 de setembro de 2007	Altera a Resolução CME nº 001/2002, que estabelece critérios para elaboração do Calendário Escolar.	Municipal
Instrução Normativa CME nº 001 de 17 de dezembro de 2001	Dispõe sobre os critérios de verificação prévia para as instituições no âmbito do Sistema Municipal de Ensino e estabelece as competências para atuação da Inspeção Escolar no que se refere.	Municipal
Instrução Normativa CME nº 001 / 2007	Dispõe sobre os critérios a serem adotados na matrícula de crianças que tenham completado a Educação Infantil fora da idade estabelecida em lei.	Municipal
Informação Técnica CME nº 001/2006	Procedimentos para Regularização de Lacunas na Vida Escolar no Sistema Municipal de Ensino.	Municipal
Ofício nº 102/2006	Deliberação sobre Consulta referente à Validação dos Atos Pedagógicos e Orientação quanto ao Procedimento de Matrícula.	Municipal
Resolução CME n° 035/2009	Suspende temporariamente os efeitos da Resolução CME nº 016/2007, em seu capítulo 7, art. 33 à 37 e dá outras providências	Municipal